



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ**

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

### **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 047/2025 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 137/2025**

---

#### **CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º019/2025**

---

*Pelo presente instrumento, a **CÂMARA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ-MG**, CNPJ Nº 04.228.760/0001-01, com sede na Câmara Municipal, localizada na Rua Distrito Federal, n.º 444, Bairro Oswaldo Araújo, neste ato representado pela Presidente KARLA FRANCISCA VIEIRA ARAÚJO, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado J BRASIL SISTEMAS LTDA, CNPJ Nº 12.973.722/0001-01, com sede na Avenida Nicomedes Alves dos Santos, Nº 1205, sala 112, Bairro Vigilato Pereira, Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, CEP Nº 38.408-447, neste ato representada por JADERSON PEREIRA TAVARES, CPF Nº 039.951.168-76, doravante denominada **CONTRATADA**, de conformidade com a Lei 14.133/2021 e legislação aplicável, resolvem celebrar o presente contrato que será em tudo regido pelos princípios e preceitos de direito público, e, obedecerá, no que couber, às disposições contidas no instrumento convocatório do Processo Licitatório n.º 137/2025, Pregão Eletrônico n.º 047/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições:*

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

- 1.1. Contratação de empresa especializada para locação de sistema integrado de gestão pública para o Município de Dores do Indaia-MG, envolvendo a Prefeitura Municipal de Dores do Indaia-MG, a Câmara Municipal de Dores do Indaia-MG, IPSEMDI - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Dores do Indaia-MG, compreendendo instalação de licenças de uso, configuração, parametrização, conversão de dados, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

**com suporte técnico presencial e treinamento, com serviços de computação em nuvem para cada um dos órgãos relacionados, conforme as seguintes especificações:**

LOTE ÚNICO					
ITEM 02					
CÂMARA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ-MG – TABELA B					
SUBITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UN	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
<b>01</b>	Licença de Uso dos Sistemas	01	SV	R\$ 7.500,00	R\$ 7.500,00
<b>02</b>	Conversão de dados	01	SV	R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00
<b>03</b>	Treinamento	30 usuários	SV	R\$ 245,00	R\$ 7.350,00
<b>04</b>	Manutenção Mensal dos Sistemas com serviço de computação em nuvem	12 (doze) meses	SV	R\$ 7.500,00	R\$ 90.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 149.850,00				

1.2. As especificações acima não excluem as demais contidas no Documento de Formalização de Demanda, Termo de Referência, edital e proposta da CONTRATADA.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Este contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência pela CONTRATADA, sem autorização por escrito do CONTRATANTE, sob pena de aplicação de penalidades e sanções, inclusive rescisão.

2.2. É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto deste objeto, sem prévia autorização do CONTRATANTE.

2.3. O critério de mensuração será a unidade SERVIÇO (SV), que deverá envolver todos os custos e encargos inclusos na prestação do serviço.

2.4. A "quantidade" do SERVIÇO (SV), 12 (DOZE) meses, foi definida levando-se em conta a periodicidade mensal para efeitos de remuneração e aferição da execução, uma vez que a complexidade desta espécie de contratação exige, pelo menos, duração prevista até o final do exercício financeiro seguinte, por se tratar de serviço de natureza continuada, com prorrogações acontecendo por até 10(dez) anos, conforme estabelece a Lei 14.133/2021 em tais hipóteses.

2.4.1. O serviço abrange a instalação das licenças, configuração e parametrização do sistema, conversão/migração de dados existentes e a prestação de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva. Além disso, inclui suporte técnico, treinamentos para os usuários e a disponibilização do sistema por meio de computação em nuvem. Todas as atividades devem estar em conformidade com as especificações técnicas e os requisitos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e outros órgãos de fiscalização.

2.5. A licitante contratada deverá disponibilizar o sistema informatizado de gestão pública em perfeitas condições de utilização, oferecendo suporte técnico à distância via telefone/celular, e-mail, WhatsApp ou chat online, em caráter "247".



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

**2.6.** Além do suporte técnico à distância, a empresa contratada deverá manter um profissional especializado “*in loco*”, no prédio sede da Prefeitura Municipal, em caráter de suporte técnico presencial, exercendo a função de preposto junto à Administração Municipal.

**2.6.1.** O profissional designado deverá cumprir jornada semanal de 30h (trinta horas) semanais, em turnos de 6h (seis horas) diárias, devendo atender demandas internas acerca de funcionalidades e protocolos informatizados que se relacionem com a operacionalização de dados e integração dos dados processados pelo sistema, bem como promover todas as diligências necessárias para gerar a remessa correta de dados no âmbito do SICOM/TCE-MG.

**2.7.** A licitante contratada deverá providenciar os recursos tecnológicos e humanos necessários à execução dos serviços de **computação em nuvem**, que incluem no mínimo as seguintes ações:

**I** - Gerenciamento proativo baseado em monitoramento 24x7 com registro e resolução de problemas durante o período contratado.

**II** - Implementação de mecanismo de detecção e resolução de incidentes no ambiente da solução.

**III** - Disponibilização de plataforma de gestão de serviços em nuvem capaz de realizar a orquestração dos serviços de computação dos provedores ofertados.

**2.8.** A operação e o gerenciamento dos recursos de nuvem deverão estar disponíveis 24 horas por dia, 7 dias por semana, durante todo o período contratual, com exceção das interrupções previamente programadas, e com um compromisso de disponibilidade mínima de 99%. Em caso de interrupções nos serviços, a prestadora contratada deverá solucionar os problemas em até 90 minutos para, no mínimo, 90% dos incidentes registrados mensalmente.

**2.8.1.** Além disso, é fundamental que a operação e o gerenciamento dos recursos em nuvem estejam alinhados aos padrões técnicos e funcionais estabelecidos, com a expectativa de manter 100% dos serviços operacionais e acessíveis durante a vigência do contrato.

**2.9.** A licitante contratada deve fornecer os recursos de infraestrutura computacional (IaaS), utilizando pelo menos um provedor de serviços de computação em nuvem que cumpra integralmente com todos os requisitos necessários estabelecidos neste edital, considerando ainda todas condições a seguir:

**a)** Máquina Virtual Windows - provisionado com até 16 vCPU e 64 GB de memória RAM;

**b)** Máquina Virtual Linux - provisionado com até 16 vCPU e 64 GB de memória RAM;

**c)** As máquinas virtuais, cujo propósito é de uso geral, poderão ser demandadas respeitando a seguinte relação vCPU e memória RAM: 1x2; 2x4; 2x8; 4x16; 8x32; 16x64 e 32x128;

**d)** Os processadores utilizados nas vCPU devem ser, no mínimo: Intel Xeon família E5 2673 v3, Xeon Scalable Processor, Xeon Platinum 8167, GOLD, Silver Scalable, AMD EPYC 7000, ArmNeoverse ou Arm Zeus;

**e)** Máquinas Virtuais Linux: CentOS 7 ou superior; Ubuntu Server 16.04.2 ou superior;

**f)** Máquinas Virtuais Windows: Windows Server 2012 ou superior;

**g)** As máquinas virtuais serão fornecidas com disco destinado ao boot e hospedagem do sistema operacional. A capacidade mínima do disco deve ser de 4GB para Linux e 4GB para Windows;

**h)** Todas as máquinas virtuais deverão ser confiáveis, ou seja, deverá demonstrar que tais máquinas virtuais estão em conformidade com as políticas e práticas de segurança e de qualidade de redes;

**i)** Serviço para utilização de balanceador de carga, que distribuirá o tráfego de entrada para as máquinas virtuais é escalável, de maneira a crescer ou diminuir seu poder de processamento, em função do fluxo de dados que por ele trafegar;

**j)** Serviço de armazenamento de blocos (SSD) Gigabyte;

**k)** Serviço de transmissão de dados de saída da rede, cuja origem é o datacenter do provedor de nuvem e o destino é a Internet ou a rede local da Prefeitura, no caso de utilização de porta de conexão de fibra será considerada saída de rede o tráfego entre regiões;

**L)** O tráfego de dados entre máquinas virtuais e entre as máquinas virtuais e as áreas de armazenamento de dados do provedor de nuvem não devem ser contabilizados como tráfego de saída de rede;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

- m)** Serviço para utilização de balanceador de carga, que distribuirá o tráfego de entrada para as máquinas virtuais é escalável, de maneira a crescer ou diminuir seu poder de processamento, em função do fluxo de dados que por ele trafegar;
- n)** Serão definidas as regras de escalabilidade de acordo com as necessidades concretas;
- o)** Permitir a melhora da capacidade de resposta do aplicativo direcionando o tráfego para o ponto de extremidade com a menor latência de rede para o cliente, em nível de região;
- p)** Permitir operações de manutenção planejada nas aplicações sem tempo de inatividade;
- q)** Suportar o tráfego para pontos de extremidade externos de outras nuvens, habilitando seu uso com implantações locais, inclusive de nuvem híbrida;
- r)** Serviço de balanceamento de carga utilizando gerenciador de tráfego por endpoint;
- s)** Serviço para controlar a distribuição do tráfego do usuário para pontos de extremidade da aplicação contendo as mesmas características do serviço previsto e sendo contabilizado por endpoint;
- t)** Proteção vários aplicativos Web ao mesmo tempo por trás de um gateway de aplicativo;
- u)** Monitoramento das aplicações Web contra-ataques usando um log em tempo real;
- v)** Serviço de backup (ou proteção) e restauração de dados na nuvem;
- x)** Alocação e gerenciamento automático do armazenamento de backup, permitindo a retenção dos backups durante a vigência do contrato;
- w)** Permitir a transmissão segura e o armazenamento dos dados criptografados;
- y)** O serviço de armazenamento de backup em nuvem, deve prover escala ilimitada e proporcionar alta disponibilidade, sem necessidade de manutenção ou sobrecarga de monitoramento;

**Z)** Fornecer sistema de alertas para falhas no processo de backup, ou consistência dos arquivos.

**2.10.** Os serviços prestados deverão atender a um Acordo de Nível de Serviço (**SLA** - Service Level Agreement), garantindo disponibilidade ininterrupta, 24 horas por dia, 7 dias por semana, com uma taxa mínima de operacionalidade de 97,5% ao longo de cada mês.

**2.10.1.** Caso a disponibilidade mensal fique abaixo de 97,5%, a licitante contratada deverá aplicar descontos compensatórios no valor mensal devido pelo contratante, conforme fórmula específica estabelecida, considerando as devidas exceções:

$$VD = n.(VM / HM)$$

Onde:

VD = Valor do desconto em R\$;

VM = Valor total mensal do serviço em R\$; HM = Total de horas no mês;

n. = Número em horas inteiras excedentes ao garantido pela SLA;

**2.10.2.** Constituem exceções ao SLA:

- a)** Caso fortuito ou força maior;
- b)** Operação inadequada, falha ou mau funcionamento de equipamentos ou sistemas que não sejam de responsabilidade ou de controle direto da contratada;
- c)** Falha de equipamento ou de sistemas ocasionada pelo contratante;
- d)** Falhas decorrentes de atos ou omissões sobre as quais a contratada não tenha controle direto.

**2.11.** A CONTRATADA, ainda, deverá apresentar uma composição de serviços que atenda a todas as condições a seguir:

- a)** Serviço de transmissão de dados de saída da rede, cuja origem é o datacenter do provedor de nuvem e o destino é a Internet ou a rede local do Município de Dorés do Indaiá/MG, no caso de utilização de porta de conexão de fibra será considerada saída de rede o tráfego entre regiões;
- b)** A porta do provedor deverá estar localizada em território nacional, quando se tratar de conexão direta ao ambiente do Município de Dorés do Indaiá/MG;
- c)** Monitoramento das aplicações Web contra-ataques usando um log em tempo real;
- d)** Serviço de backup (ou proteção) e restauração de dados na nuvem;
- e)** Alocação e gerenciamento automaticamente o armazenamento de backup;
- f)** Permitir a transmissão segura e o armazenamento dos dados criptografados;
- g)** Permitir a retenção dos backups durante a vigência do contrato;
- h)** Fornecer sistema de alertas para falhas no processo de backup, ou consistência dos arquivos;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

i) Prover o serviço de armazenamento de backup em nuvem, em escala ilimitada e proporcionar alta disponibilidade, sem necessidade de manutenção ou sobrecarga de monitoramento.

**2.12.** Os serviços de manutenção do sistema deverão ser executados exclusivamente pela contratada.

**2.13.** A licitante contratada deverá providenciar treinamento e capacitação dos servidores e funcionários indicados pela Administração Municipal, pela Câmara Municipal e pelo IPSEMDI, de forma que estejam aptos a interagir com a interface do sistema informatizado e operar suas funcionalidades, inserir dados e gerar relatórios técnicos, processar informações de interesse público, promover remessas ao SICOM/TCE-MG, e outros procedimentos técnicos de rotina que se revelem necessários.

**2.14.** A capacitação a ser disponibilizada aos servidores indicados pela Administração deverá ser realizada de forma presencial, sem custos adicionais, com carga horária mínima de 30h (trinta horas), em local e data a ser determinado pela Administração Municipal.

**2.15.** A licitante contratada poderá fornecer ambiente *online* para capacitação, bem como metodologia de aprendizado à distância, porém, em caráter complementar à capacitação presencial obrigatória.

**2.16.** Estando demonstrada a necessidade de nova capacitação ou reciclagem decorrente do avanço da técnica ou mudança de legislação, a prestadora deverá providenciar novo treinamento presencial ou híbrido, a fim de sanar as deficiências verificadas.

**2.17.** Os serviços de manutenção do sistema a serem contratados implicam os seguintes itens, para efeitos deste termo de referência:

**a) MANUTENÇÃO CORRETIVA** – A necessidade inicial de manutenção decorre do reconhecimento de que a fase de testes não é suficiente para identificar todos os possíveis erros ocultos na implementação de um sistema de software de grande escala. Durante o uso de um sistema complexo, é inevitável que falhas sejam descobertas. Essas falhas devem ser reportadas ao desenvolvedor, que deverá realizar as etapas necessárias para diagnosticar e corrigir os erros identificados. **Deverá ser atendida em prazo não superior a 02 (dois) dias úteis/48 horas;**

**b) MANUTENÇÃO PREVENTIVA ou EVOLUTIVA** – A segunda atividade de manutenção torna-se necessária quando são realizadas modificações no sistema com o objetivo de aprimorar sua confiabilidade, introduzir novas funcionalidades, estabelecer uma base mais robusta para expansões futuras ou adequar o sistema a novas regulamentações e atualizações das normativas vigentes, conforme as exigências dos órgãos reguladores e de fiscalização. **Deverá ser atendida em prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos após o desenvolvimento;**

**c) ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO** – Compreende itens de manutenção preventiva/ evolutiva ou adaptativa, lançadas pela contratada em novas versões do sistema **Deverá ser atendida de imediato na liberação de novas versões.**

**2.18.** A prestadora deverá implementar novas funcionalidades, não previstas inicialmente no presente termo de referência, quando decorrentes de inovação legislativa ou de erros do sistema, sem custo adicional, sendo que as mesmas deverão ser criadas e disponibilizadas em prazo não superior a 30 (trinta) dias após a abertura do respectivo chamado, ou em tempo hábil que permita atender a observância à legislação.

**2.19.** A licitante vencedora deverá disponibilizar novas versões (*upgrade*) dos sistemas e aplicativos contratados, nas quais tenham sido agregadas melhorias ou implementadas novas funções, de forma permanente, através da internet, sem ônus adicional para a Administração Municipal.

**2.20.** Na hipótese de alterações e/ou adições pretendidas pela Administração nos Módulos contratados, *caso não sejam decorrentes de alterações legais*, de forma que modifiquem os quantitativos dos módulos instalados e a adição ou supressão de seus itens e funcionalidades, incluindo a criação de novos relatórios, interfaces, processos ou alterações em arquivos, serão formalmente requisitadas pela contratante, e processadas mediante acordo entre as partes até os limites legais permitidos, sendo terminantemente vedado a modificação ou descaracterização do objeto licitado. Essas solicitações serão submetidas à análise da contratada, que se





## PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

encarregará de elaborar o projeto da solução proposta e encaminhá-lo à contratante para sua avaliação e eventual aprovação.

2.20.1. O desenvolvimento de nova funcionalidade será realizado conforme cronograma definido entre as partes, após a definição detalhada das funcionalidades desejadas e necessárias, e mediante a aprovação do desenvolvimento apresentado.

2.21. A prestadora deverá corrigir, em tempo hábil que não comprometa a regularidade das rotinas administrativas, a partir da abertura do respectivo chamado, eventuais erros em funcionalidades disponibilizadas pelos sistemas e em conformidade com requisitos exigidos dos mesmos, nos termos deste edital.

2.21.1. Os problemas apontados pelos usuários deverão ser solucionados conforme critério de prioridade definido pelo usuário:

a) Prioridade baixa: 96 horas

b) Prioridade normal: 72 horas

c) Prioridade crítica: 48 horas

2.22. A licença de uso do software somente poderá ser cobrada por ocasião da instalação inicial do sistema integrado de gestão pública, sendo que na hipótese de eventuais aditivos de prorrogação do serviço, não poderá ser cobrada novamente por já se encontrar instalado.

2.23. A prestadora deverá fornecer sistemas compatíveis com as estruturas orçamentárias, promovendo a integração de dados e garantindo a execução adequada das prestações de contas.

### 2.24. ETAPAS DE TRABALHO:

1ª ETAPA	Licenciamento do conjunto de sistemas contratados.
Atividades	Imediato após a assinatura do contrato, com a emissão do Termo de Licença de Uso;
	Instalação e configuração das versões Server dos sistemas nos servidores no datacenter;
	Instalação e configuração do ambiente de trabalho do Município de Dorés do Indaiá (Prefeitura), Câmara Municipal e IPSEMDI, quanto ao sistema de Administração Pública no datacenter.
OBS	Todos os sistemas contratados deverão estar completamente instalados e em pleno funcionamento no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão da ordem de serviço, que será expedida após a emissão do empenho correspondente e a assinatura do contrato firmado com o licitante vencedor.

2ª ETAPA	Conversão/migração e conferência total da base de dados para o novo sistema:
Atividades	Conversão/migração total dos dados existentes para a base de dados do novo sistema, seguida de conferência e consistência dos dados, no período não superior a 60 (sessenta) dias após a emissão da ordem de serviços.
	Desenvolvimento da metodologia para a complementação da base de dados com novos elementos, constantes em documentos impressos, a serem disponibilizados pela equipe ao Município de



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

	Dores do Indaiá (Prefeitura), Câmara Municipal e IPSEMDI, e digitados pela contratada.
	Capacitação da equipe técnica do Município de Dorés do Indaiá (Prefeitura), da Câmara Municipal e do IPSEMDI, para assimilar, de forma correta, o novo modelo de sistema a ser implantado e metodologia desenvolvida.
<b>OBS</b>	<p>O Município de Dorés do Indaiá (Prefeitura), a Câmara Municipal e IPSEMDI operam atualmente com sistemas de gestão diversos internos, abrangendo vários departamentos. É necessário que os dados desses sistemas sejam migrados para a nova estrutura de dados sugerida pelo proponente vencedor da licitação.</p> <p>O MUNICÍPIO (Prefeitura), Câmara Municipal e IPSEMDI não fornecerão o esquema dos dados existentes; assim, cabe à licitante CONTRATADA executar a conversão/migração dos dados a partir das bases de dados existentes, empregando técnicas de engenharia reversa para identificar e importar os dados corretamente. Devido à ausência de um esquema detalhado do banco de dados, a CONTRATADA deverá utilizar engenharia reversa para compreender a estrutura dos dados dos sistemas em uso e efetuar a conversão/migração dos dados dentro dos prazos definidos neste Termo de Referência.</p>
<b>OBS 2</b>	O Município de Dorés do Indaiá (Prefeitura), a Câmara Municipal e o IPSEMDI serão responsáveis por fornecer todos os dados a serem convertidos. Caso existam informações indispensáveis para o pleno funcionamento do novo sistema que não estejam incluídas nos dados fornecidos, a empresa contratada deverá realizar o processo de digitação dessas informações no novo sistema a ser implementado.
<b>OBS 3</b>	No processo de conversão/migração dos dados nenhuma informação deverá ser descartada. Todas as informações já processadas deverão ter sua integridade preservada.
<b>OBS 4</b>	A conversão/migração dos dados da Contabilidade deverá ser feita ou a partir dos dados armazenados no SICOM- TCE-MG para que haja continuidade no processo de prestação de contas, ou da base de dados conforme a integridade e coerências da base com os dados armazenados no SICOM, caso necessário.
<b>OBS 5</b>	<p>Dados a serem convertidos conforme a atuação de cada um dos 03 Entes/órgãos deste instrumento:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Prefeitura Municipal:</b><ul style="list-style-type: none"><li>a) Arrecadação Tributária</li><li>b) Atendimento ao Cidadão</li></ul></li></ul>



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

	<p>c) Cadastros gerais d) Compras e) Contabilidade e Tesouraria f) Contratos g) Estoques e almoxarifados h) Frotas e Equipamentos i) Gestão Educacional j) Leis Municipais k) Licitação l) Nota Fiscal Eletrônica m) Obras Públicas n) Patrimônio Público o) Planejamento e Orçamento Público p) Portal do Cidadão q) Processos Judiciais r) Protocolo, Documentos e fluxos s) Recursos Humanos e Folha de Pagamento t) Saúde Pública u) Segurança e Medicina do Trabalho</p> <p>• <b>Câmara Municipal:</b></p> <p>a) Módulo de Almoxarifado b) Módulo de Compras c) Módulo de Contabilidade e Tesouraria d) Módulo de Contratos e Convênios e) Módulo de Licitações f) Módulo de Orçamento g) Módulo de Patrimônio h) Módulo de Recursos Humanos e Folha de Pagamento</p> <p>• <b>IPSEMDI:</b></p> <p>a) Módulo de Almoxarifado b) Módulo de Compras c) Módulo de Contabilidade e Tesouraria d) Módulo de Contratos e Convênios e) Módulo de Licitações f) Módulo de Orçamento g) Módulo de Patrimônio</p>
<b>OBS</b>	A conversão/migração total dos dados existentes para a base de dados do novo sistema, seguida de conferência e consistência dos





## PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

	dados deverá ser realizada no período não superior a 60 (sessenta) dias após a respectiva emissão da ordem de serviço.
--	--

3ª ETAPA	Manutenção mensal do Sistema de Administração Pública, composto dos módulos a seguir relacionados:
<b>MUNICÍPIO (PREFEITURA)</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>1- Módulo de Almoxarifado;</li><li>2- Módulo de Aprovação de Projetos;</li><li>3- Módulo de Arrecadação Tributária;</li><li>4- Módulo de Atendimento ao Cidadão;</li><li>5- Módulo de Bibliotecas;</li><li>6- Módulo de Cemitérios;</li><li>7- Módulo de Compras;</li><li>8- Módulo de Contabilidade e Tesouraria;</li><li>9- Módulo de Contratos e Convênios;</li><li>10- Módulo de Controle de Obras;</li><li>11- Módulo de Controle Interno;</li><li>12- Módulo de Educação;</li><li>13- Módulo de Processos Judiciais;</li><li>14- Módulos de Gestão de Frotas;</li><li>15- Módulo de Licitações;</li><li>16- Módulo de Medicina e Segurança do Trabalho;</li><li>17- Módulo de Nota Fiscal Eletrônica;</li><li>18- Módulo de Patrimônio;</li><li>19- Módulo de Orçamento;</li><li>20- Módulo de Protocolo e Gestão de Documentos;</li><li>21- Módulo de Recursos Humanos e Folha de Pagamento;</li><li>22- Módulo de Ouvidoria;</li><li>23- Módulo de Portal da Transparência;</li><li>24- Módulo de Fiscalização;</li><li>25- Módulo de Leis Municipais;</li><li>26- Módulo de BI – Gestão Estratégica;</li><li>27- Módulo de Agricultura;</li><li>28- Módulo de Saúde Pública;</li><li>29 - Aplicativos para o Cidadão nas versões Android e Apple;</li><li>30- Aplicativos para os usuários de Sistema nas versões Android e Apple.</li></ul>



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ**

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

<b>CÂMARA MUNICIPAL</b>	1- Módulo de Almoxarifado; 2- Módulo de Compras; 3- Módulo de Contabilidade e Tesouraria; 4- Módulo de Contratos e Convênios; 5- Módulo de Licitações; 6- Módulo de Patrimônio; 7- Módulo de Orçamento; 8- Módulo de Recursos Humanos e Folha de Pagamento; 9- Módulo de Portal da Transparência.
<b>IPSEMDI</b>	1- Módulo de Almoxarifado; 2- Módulo de Compras; 3- Módulo de Contabilidade e Tesouraria; 4- Módulo de Contratos e Convênios; 5- Módulo de Licitações; 6- Módulo de Patrimônio; 7- Módulo de Orçamento; 8- Módulo de Portal da Transparência.
<b>4ª ETAPA</b>	<b>Treinamento dos servidores do Município de Dorés do Indaiá-MG, Câmara Municipal de Dorés do Indaiá-MG e IPSEMDI - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Dorés do Indaiá, no uso do software:</b>
<b>Atividades</b>	<p>Treinamentos e capacitações deverão ser reconhecidos como oficiais e apresentar resultados práticos dos conhecimentos adquiridos pelos servidores treinados, medido através do uso sistemático e operação dos sistemas, como resultado do conteúdo ministrado para a correta utilização do sistema para a entrada de dados, consulta, processamento e emissão de relatórios.</p> <p>A quantidade estimada para treinamento é:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Prefeitura Municipal de Dorés do Indaiá – 500 usuários;</li><li>• Câmara Municipal de Dorés do Indaiá – 30 usuários</li><li>• Ipsemdi - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Dorés do Indaiá – 10 Usuários</li></ul>



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

	Os Planos de Treinamento deverão conter os seguintes requisitos mínimos:
	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Nome e objetivo de cada módulo de treinamento;</li> <li>b) Público-alvo;</li> <li>c) Conjunto de Material a ser distribuído em cada treinamento, incluindo apostilas, documentação técnica, etc.;</li> <li>d) Carga horária de cada módulo de treinamento;</li> </ul>
	Os treinamentos deverão ser realizados, preferencialmente, no Município de Dores do Indaia.
	<p>A realização dos treinamentos deverá obedecer às seguintes diretrizes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) As datas para início do treinamento para cada módulo deverão obedecer ao estipulado no Cronograma de Implantação, ou seja, o treinamento tem que ser concomitante à implantação dos módulos;</li> <li>b) As despesas relativas à participação dos instrutores e de pessoal próprio, tais como hospedagem, transporte, diária, etc., serão de responsabilidade da Contratada.</li> </ul>
	Os serviços de conversão/migração de dados, instalação dos sistemas e treinamento das equipes do funcionalismo municipal que estarão envolvidas no uso contínuo da solução, bem como, os demais serviços correlatos para a entrada em produção do sistema integrado que se contrata no presente certame deverão ocorrer paralelamente.

5ª ETAPA	Serviços de Computação em Nuvem:
<b>Atividades</b>	Processamento dos sistemas instalados, banco de dados disponíveis para utilização por parte dos usuários durante o processo de validação das importações e no uso dos sistemas durante a vigência contratual.
	O Município (Prefeitura), a Câmara Municipal e o IPSEMDI deverão manter equipes, tanto da área de tecnologia quanto da área de conhecimento das regras de negócio, para acompanhar os procedimentos que serão realizados, estando os mesmos com o dever e autoridade de fiscalizar e exigir o cumprimento de todos os itens aqui mencionados.
	A empresa contratada deverá dispor de equipe técnica especializada e devidamente capacitada para atender às demandas e chamadas.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

	Ao final de cada etapa o Município (Prefeitura), a Câmara Municipal e o IPSEMDI deverão emitir um laudo de recebimento relatando e atestando de forma detalhada tudo o que foi realizado em tais intervalos de tempo.
--	---

### 2.25. Situações de Contingência:

- O software não poderá ficar indisponível por mais de 8 (oito) horas;
- Em caso de situações excepcionais onde houver a indisponibilidade do sistema acima do prazo previsto no item “a”, a empresa contratada deverá apresentar justificativa ao gestor do contrato que poderá ou não aceitar, principalmente para fins de glosa do pagamento.
- Em casos de paralisação do software a empresa deverá apresentar alternativas emergenciais para soluções dos problemas;
- Não deverão ser realizadas alterações no software em horário de expediente, salvo nos casos devidamente acordados entre as partes.

2.25.1. O Município (Prefeitura), a Câmara Municipal e o IPSEMDI deverão estabelecer em conjunto com a licitante contratada, os horários em que serão realizadas as atualizações e/ ou manutenções do software.

2.25.2. Toda manutenção (inclusão, alteração, correção etc.) deverá ser testada em ambiente de homologação, sendo que só será transferida para a área de produção mediante aceite dos envolvidos;

2.25.3. O sistema proposto deverá estar em conformidade com o parque computacional do Município de Dorés do Indaiá/MG, da Câmara Municipal e do IPSEMDI.

2.25.4. A licitante Contratada deverá disponibilizar, ao fim do contrato, todos os dados e informações que estiverem dentro do banco de dados do sistema, através de um backup no formato do banco de dados utilizados no decorrer do contrato com seu respectivo usuário e senha.

2.26. A licitante contratada deverá guardar sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pela Administração ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedada toda e qualquer divulgação e reprodução dos mesmos, durante a vigência do contrato e mesmo após o seu término.

2.27. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela contratada durante a execução do objeto do contrato serão de exclusiva propriedade do Município de Dorés do Indaiá-MG ou da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá-MG ou do IPSEMDI, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos, apropriados, retidos, ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização deste, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação pátria vigente.

2.28. As normas de segurança do trabalho devem ser rigorosamente observadas pela CONTRATADA, sob pena de responsabilização.

2.29. A relação contratual decorrente desta contratação, não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a contratada venha a empregar na execução do objeto.

2.30. De acordo com a legislação vigente a CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução de serviço ou de metodologias empregados.

2.31. **Da forma de contratação:** Os serviços deverão ser contratados mediante solicitação do Setor Requisitante.

2.32. O serviço rejeitado poderá ser substituído uma única vez, em tempo hábil que não comprometa o escopo da contratação, após solicitação pelo Setor Requisitante.

2.33. Os serviços prestados deverão ser garantidos contra imperfeições, imprecisões, deficiências técnicas e desconformidades ao que fora solicitado, contados a partir da data do recebimento pelo CONTRATANTE, sem prejuízo da garantia legal de que trata a Lei nº 8.078/90



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

### 2.34. DO PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO:

**a) Prazo para início da prestação de serviço:** O serviço solicitado deverá ser prestado ao respectivo setor requisitante em até 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS a contar da ordem/solicitação de serviço ou instrumento equivalente.

**b) Local da execução:** em virtude das especificidades técnicas envolvidas no objeto, os serviços deverão ser executados nos locais indicados na ordem de serviço ou instrumento equivalente, sendo complementada pela atuação presencial e suporte técnico à distância via telefone, WhatsApp ou e-mail, em regime “247”, quando a peculiaridade e necessidade da demanda concreta assim o exigir.

**c) Prazo para migração de dados:** a licitante terá o prazo de até 60 (sessenta dias) dias para concluir a migração de dados preexistentes para a nova base.

**d) Prazo para instalação dos módulos essenciais:** a licitante contratada deverá conferir prioridade aos sistemas interdependentes, cuja funcionalidade seja imprescindível para o regular funcionamento das atividades administrativas (compras, contabilidade, licitação e contratos, tesouraria, tributos etc.), de acordo com levantamento procedido junto à Administração, Câmara e IPSEMDI, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**e) Prazo para instalação de todos os módulos:** a licitante contratada terá o prazo de 30 dias para instalar todos os módulos, salvo aqueles considerados essenciais e imprescindíveis para o regular funcionamento da rotina administrativa.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

**3.1.** O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 149.850,00 (cento e quarenta e nove mil oitocentos e cinquenta reais), da seguinte forma:

**3.1.1. Subitem 1 - LICENCIAMENTO DO CONJUNTO DE SISTEMAS:** O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) sendo o valor correspondente a uma parcela única de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), em até 30 (trinta) dias a partir da data de recebimento do serviço, mediante Nota Fiscal devidamente aprovada pelo Setor Requisitante, sob “aceite” correspondente a 100% (cem por cento) do valor total desta etapa dos serviços.

**3.1.2. Subitem 2 - CONVERSÃO/ PARAMETRIZAÇÃO:** O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), sendo o valor correspondente em 01 (UMA) ou mais parcelas conforme cada módulo descrito seja convertido, em até 30 (trinta) dias a partir da data de recebimento do serviço, mediante Nota Fiscal devidamente aprovada pelo Setor Requisitante.

**3.1.3. Subitem 3 - TREINAMENTO:** O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor de R\$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais), a cada treinamento efetivamente ministrado, em parcela única, a partir da data de recebimento do serviço, mediante Nota Fiscal devidamente aprovada pelo Setor Requisitante.

**3.1.4. Subitem 4 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM:** O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor mensal de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), referente ao serviço de locação dos módulos e serviço de computação em nuvem, em até 30 (trinta) dias a partir da data de recebimento do serviço, mediante Nota Fiscal devidamente aprovada pelo Setor Requisitante. As parcelas de manutenção começarão a serem pagas referentes ao primeiro mês que os sistemas entrarem em produção efetiva, e para efeitos de valores e pagamentos deverão ser considerados apenas os módulos dos sistemas implantados e em produção.

**3.1.5.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.

**3.1.6.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.

**3.1.7.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ**

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

**3.2.** O preço referido na Cláusula “3.1”, inclui todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, deslocamento, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, contemplando a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme exigido pelo Art. 63, §1º, da Lei 14.133/21.

**3.3.** O pagamento será realizado após a devida execução e mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais/Faturas.

**3.4.** O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do CONTRATANTE; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**3.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE;

**3.6.** Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar a CONTRATADA para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

**3.7.** O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, e só será efetuado mediante comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68, da Lei 14.133/2021.

**3.8.** Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

**3.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ampla defesa.

**3.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação irregular.

**3.11.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**3.11.1.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

**3.12.** Os pagamentos efetuados à CONTRATADA não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.

**3.13.** A CONTRATADA deverá faturar as entregas por ordem de serviço/solicitação de serviço ou instrumento equivalente recebidos, sendo vedado acúmulo por período superior a um mês, sob pena de não pagamento. Desta forma, fica expressamente proibida a emissão de nota fiscal/fatura com pedidos retroativos ou com acumulado de prestação/execução superior a um mês.

**3.14.** As notas fiscais relativas ao mês de dezembro devem ser emitidas, impreterivelmente, até a data de 31.12, do exercício financeiro corrente, sob pena de não serem aceitas pela Contabilidade Municipal.

**3.15.** O pagamento será efetuado, preferencialmente, por transação bancária eletrônica mediante crédito em conta corrente a ser indicada pela CONTRATADA.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ**

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

3.15.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

3.16. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-e (IBGE) de correção monetária.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE**

4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, materializado no processo licitatório pelo relatório de “prévia” do preço estimado.

4.2. Decorrido o prazo acima estipulado, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

4.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

5.1. A Câmara Municipal, através da Presidência, exercerá a gestão e fiscalização deste contrato e registrará todas as ocorrências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

5.2. Os serviços serão executados mediante apresentação de ordem de serviço ou instrumento equivalente emitido pelo setor de compras ou pelo setor requisitante.

5.3. Por motivo de força maior, a execução poderá ser realizada, mediante autorização e aviso prévio, em outra data.

5.4. O recebimento dos serviços será efetuado após a verificação da quantidade e qualidade dos mesmos e consequente aceitação, obrigando a CONTRATADA a reparar, corrigir, substituir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação em que se verifiquem defeitos ou incorreções.

5.5. A fiscalização pela Câmara não exime quaisquer responsabilidades por parte do prestador de serviços em referência, sendo única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à regular execução do objeto do contrato.

5.6. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

5.7. Na ocorrência de atrasos ou inobservância das condições contratuais durante a execução, o CONTRATANTE poderá aplicar as penalidades previstas neste instrumento.

5.8. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pela Presidência, por meio do fiscal técnico Matheus Felipe Libanio e Silva, a ser designado em ato próprio, conforme estabelece a Lei 14.133/2021.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ**

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**6.1.** São obrigações das partes:

#### **I – DO CONTRATANTE:**

- a)** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com este contrato e seus anexos;
- b)** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;
- c)** Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto prestado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d)** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- e)** Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- f)** Aplicar à CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- g)** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente CONTRATO, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- h)** Zelar pelas condições de trabalho disponibilizadas, disponibilizando à CONTRATADA acesso aos dados, repartições e insumos que necessitar para desenvolver as soluções esperadas.

#### **II – DA CONTRATADA:**

- a)** Cumprir fielmente o objeto contratado, de forma que os serviços sejam prestados de acordo com as especificações delimitadas e em perfeitas condições de utilização.
- b)** Providenciar no máximo em tempo hábil que não comprometa a continuidade e regularidade dos serviços administrativos que dependam do objeto, contados a partir de notificação, a refazimento ou substituição dos serviços que forem rejeitados por desconformidade às especificações solicitadas, às suas expensas.
- c)** Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a prestação do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- d)** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.
- e)** Obrigar-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.
- f)** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.
- g)** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- h)** Comparecer à sede do CONTRATANTE, ou responder notificação, sempre que solicitada, por meio do preposto, no prazo de 24h (vinte quatro horas) da convocação ou comunicação para esclarecimento de quaisquer problemas relativos aos serviços executados, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.
- i)** Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a regular execução do objeto contratado na data estipulada e condições previstas.
- j)** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ**

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

**k)** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.8.1.16.

**L)** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual, as normas de segurança do CONTRATANTE.

**m)** Prestar o serviço contratado somente com prévia autorização do CONTRATANTE;

**n)** Indicar à Presidência o preposto ou responsável legal com legitimidade para manter entendimentos e receber comunicações acerca do objeto do contrato.

**o)** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**p)** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do Art. 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

**q)** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste contrato;

**r)** Empregar técnicas e procedimentos referendados pelo mercado, de forma que o serviço apresente qualidade similar aos de sua categoria e porte praticados no mercado.

**s)** Atender às solicitações de suporte e informações técnicas de utilização e manuseio dos sistemas, de acordo com a necessidade dos funcionários a serviço da contratante.

**t)** Realizar adequações necessárias em caso de os sistemas implementados não cumprirem as finalidades ou objetivos previstos, falhando em atender às definições, especificações, normas, padrões e critérios delineados no Termo de Referência, para assegurar a correta execução deste contrato dentro dos prazos estipulados, os quais podem ser estendidos a critério da contratante, mediante justificativa adequada. Se as alterações exigirem conhecimento técnico específico para operar o sistema, a contratada tem a obrigação de fornecer treinamento adequado aos funcionários da contratante.

**u)** Ao final do contrato, deverá transferir ao CONTRATANTE o SGBDR- Sistema Gerenciador de Banco de Dados Relacional, sem nenhum ônus adicional.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**7.1.** As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº:

<b>FICHA</b>	<b>FONTE</b>	<b>DOTAÇÃO</b>
19	1.500	01.02.01.01.031.0584.2002.3.3.90.39

**7.2.** No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro, de acordo com a respectiva LOA.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

**8.1.** O prazo de vigência deste contrato será até 02/12/2026, a contar da data de sua assinatura, na forma do Art. 105, da Lei 14.133/2021, prorrogável na forma dos Artigos 106 e 107, ambos da Lei 14.133/2021.

**8.2.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

**8.1.1.** O prazo de vigência será prorrogado, observados ainda os seguintes requisitos:

a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ**

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

- b) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- c) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- d) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- e) Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- f) Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;
- g) Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

### **CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**9.1.** O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**9.1.1.** Este contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**9.1.2.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**9.1.3.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**9.2.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no Art. 137, da Lei 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**9.2.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139, da mesma Lei.

**9.2.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**9.2.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**9.3.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a)** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b)** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c)** Indenizações e multas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:

**10.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela pregoeira durante o certame;

**10.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pela Administração, não manter a proposta em especial quando:

- a)** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b)** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c)** pedir para ser desclassificada quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d)** deixar de apresentar amostra;
- e)** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**10.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

**10.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5. fraudar a licitação;

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no Art. 5º, da Lei n.º 12.846/2013.

10.2. Com fulcro na Lei 14.133/ 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) **advertência**: comunicação formal, por notificação escrita, via e-mail institucional ou com aviso de recebimento, versando sobre alguma desconformidade quanto à inobservância de deveres contratuais e/ou outras obrigações assumidas, com determinação da adoção das necessárias medidas de correção e adequação da relação contratual;

b) **multa** de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total homologado, sem prejuízo de eventual cancelamento do registro de preços/rescisão, nos casos:

*I - inobservância do nível de qualidade e quantidade dos serviços;*

*II - execução de serviço com especificações e/ou objeto diversos da proposta ofertada e homologada, salvo em caso de prestação superior e devidamente justificada e aceita pela Administração;*

*III - transferência total ou parcial da relação contratual a terceiros;*

*IV - subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal do Município;*

*V - desistir do contrato ou der causa a rescisão/extinção do contrato, sem justificativa prévia e fundamentada, devidamente aceita pela Administração;*

*VI - recusa em executar "ordem de serviço" ou instrumento equivalente por prazo superior a 5 (CINCO) dias, sem justificativa prévia e devidamente aceita pela Administração;*

*VII - descumprimento de cláusula contratual.*

c) **impedimento de licitar e contratar**;

d) **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial e deverá ser paga por meio de guia própria ao Município de Dorés do Indaiá-MG.

a) Para as infrações previstas nas cláusulas "10.1.1", "10.1.2" e "10.1.3", a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

b) Para as infrações previstas nas cláusulas "10.1.4", "10.1.5", "10.1.6", "10.1.7" e "10.1.8", a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas cláusulas "10.1.1", "10.1.2" e



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉ DO INDAIÁ**

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

“10.1.3”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**10.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas cláusulas “10.1.4”, “10.1.5”, “10.1.6”, “10.1.7” e “10.1.8”, bem como pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas “10.1.1”, “10.1.2” e “10.1.3” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no Art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**10.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita na cláusula “10.1.3”, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do Município, nos termos do Art. 45, §4º, da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**10.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**10.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à Câmara Municipal, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20(vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**10.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**10.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da Câmara Municipal.

**10.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**10.15.** O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Dorés do Indaia-MG, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas à CONTRATADA, quando for o caso.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

**11.1.** O presente contrato será publicado pelo CONTRATANTE na forma que dispõe a Lei 14.133/2021 e legislação vigente.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**12.1.** Eventuais alterações contratuais observarão o que determina os Art. 124 e seguintes da Lei 14.133/2021.

**12.2.** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do Art. 125, da Lei 14.133/2021.

**12.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Art. 136, da Lei 14.133/2021.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ**

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**13.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, em virtude da natureza do serviço.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

**14.1.** O presente contrato observará os princípios e normas de direito público e tem amparo na Lei 14.133/2021, Lei nº 8.078/1990, normas e princípios gerais dos contratos e legislação pertinente à matéria.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA LGPD**

**15.1.** As partes deverão cumprir a Lei 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**15.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da LGPD.

**15.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**15.4.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**15.5.** É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA MATRIZ DE RISCO**

**16.1.** Esta Cláusula tem por objetivo estabelecer uma estrutura clara para a identificação, avaliação, mitigação e monitoramento dos riscos associados à execução do objeto, conforme detalhado no Mapa de Riscos, anexo ao edital do processo licitatório que deu origem a este Contrato

**16.2.** A responsabilidade pela gestão de cada risco identificado será atribuída às Partes conforme especificado no Mapa de Riscos. Cada Parte deverá adotar as medidas de prevenção e mitigação de riscos em conformidade com as práticas recomendadas e as obrigações estabelecidas.

**16.3.** As Partes concordam em implementar mecanismos e ações de mitigação listadas no Mapa de Riscos para os riscos elencados. Estas ações podem incluir, mas não se limitam a seguros, garantias, planos de emergência, e treinamentos específicos etc.

**16.4.** O monitoramento dos riscos será realizado de forma contínua pelas Partes, com revisões periódicas do Mapa de Riscos a cada 12 (doze) meses. As revisões serão documentadas e qualquer ajuste necessário na atribuição de responsabilidades ou nas ações de mitigação será feito mediante acordo mútuo.

**16.5.** Notificação de Riscos Emergentes: Qualquer Parte que identificar um novo risco potencial não previamente incluído no Mapa de Risco deverá notificar imediatamente a outra Parte por escrito. O Mapa de Riscos será atualizado para refletir este novo risco, com a concordância das Partes envolvidas.

**16.6.** Resolução de Disputas Relacionadas a Riscos: Em caso de disputa relativa à interpretação ou à aplicação desta Cláusula ou qualquer aspecto do Mapa de Riscos, as Partes buscarão uma



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

solução amigável. Caso não seja possível uma resolução consensual, a disputa será encaminhada para solução judicial, nos termos deste Contrato.

**16.7.** Nenhuma das Partes será responsável por falhas ou atrasos no cumprimento de suas obrigações decorrentes de eventos de Força Maior, sendo que devem esforçar-se para minimizar os impactos e retomar a execução das obrigações o mais breve possível.

**16.8.** Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE:

- a) Dependência excessiva do prestador (lock-in tecnológico).
- b) Descumprimento de obrigações contratuais por parte da contratada.

**16.9.** Constituem riscos a serem suportados pela CONTRATADA:

- a) Interrupção na migração de dados do sistema anterior.
- b) Falhas de integração entre módulos (Contabilidade, RH, Compras, etc.)
- c) Incompatibilidade com o SIAFIC/TCE-MG.
- d) Vazamento ou perda de dados sensíveis (violação à LGPD).
- e) Falha em equipamentos ou softwares.
- f) Resistência dos usuários e baixa adesão ao novo sistema.
- g) Instabilidade ou indisponibilidade do sistema em nuvem.
- h) Atrasos na implantação dos módulos.
- i) Falhas de suporte técnico presencial.

**16.10.** Constituem riscos a serem compartilhados pelas Partes, na proporção de 50% para o CONTRATANTE e 50% para a CONTRATADA:

- a) Alterações normativas (TCE-MG, SIAFIC, LGPD, etc.).

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**17.1.** Qualquer aceitação, prorrogação, ou tolerância do CONTRATANTE, em relação às obrigações assumidas na presente relação contratual, será em caráter precário e limitado, não constituindo *alteração* ou *novação contratual*.

**17.2.** Quaisquer alterações neste instrumento terão validade apenas se feitas mediante assinatura de **termos aditivos**, salvo as apostilas específicas.

**17.3.** Os **casos omissos** serão resolvidos de comum acordo pelos contratantes, segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 e normas e princípios gerais dos contratos, em reunião da qual se lavrará ata, que integrará o presente contrato para todos os fins de direito.

**17.4.** O contrato não poderá ser objeto de **cessão ou transferência** pela CONTRATADA, sem autorização por escrito do CONTRATANTE, sob Pena de aplicação de penalidades e sanções, inclusive rescisão.

**17.5.** O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**17.6.** É vedada a **subcontratação** parcial ou total do objeto do objeto contratual.

**17.7.** As condições estabelecidas no edital e seus anexos fazem parte integrante deste contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

**18.1.** Fica eleito o foro da comarca de Dorés do Indaia-MG para solucionar quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ**

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

DORES DO INDAIÁ-MG, 02 de dezembro de 2025.

---

**KARLA FRANCISCA VIEIRA ARAÚJO**

*CÂMARA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ-MG*

Presidente

---

**J BRASIL SISTEMAS LTDA**

*CNPJ Nº : 12.973.722/0001-01*

**JADERSON PEREIRA TAVARES**

*CPF Nº : 039.951.168-76*

**TESTEMUNHAS:**

**1)** \_\_\_\_\_

CPF:

**2)** \_\_\_\_\_

CPF: